

Consciência Negra como notícia: O 20 de novembro da RBS TV

Fernanda Nunes da Silva ARISPE¹

Universidade Federal de Santa Maria, Santa Maria, RS.

RESUMO

No Brasil, o dia 20 de novembro, desde o ano de 1978, abriga o dia da consciência negra. A data foi implementada a fim de conferir às comemorações da liberdade negra caráter de conquista. O dia 13 de maio, que até então detinha essas comemorações, carregava o estigma de ser um ato de caridade da realeza brasileira e não narrava a história de luta e resistência dos negros escravos à exploração.

A mídia brasileira, especialmente nos últimos dez anos – que foram de ampliação do debate sobre preconceito e discriminação – tem aproveitado o 20 de novembro para abordar temas que dificilmente estão em sua agenda, como desigualdade social e racismo. Este artigo pretende analisar, por meio de reportagem veiculada no Jornal do Almoço, a forma como esta data é construída como notícia na RBS TV.

PALAVRAS-CHAVE: Consciência Negra, Jornal do Almoço, Jornalismo, RBS TV.

INTRODUÇÃO

No dia 10 de novembro de 2011, Dilma Rousseff, atual presidente do Brasil, assinou a lei 12.519, que torna o dia 20 de novembro o Dia Nacional da Consciência Negra. A data, que homenageia Zumbi dos Palmares – líder dos escravos negros africanos que lutaram contra a escravidão no Brasil do século XVII –, foi implementada pelo movimento negro brasileiro em 1978. Essa demarcação pretendia trazer à reflexão sobre a história da população negra no Brasil um percurso distinto daquele que tratava o fim da escravidão como um ato nobre da corte brasileira. O dia 13 de maio – data em que no ano de 1888 foi sancionada a Lei Áurea pela princesa Isabel e que até então detinha essas comemorações – carregava o estigma de ser um ato de caridade da realeza brasileira e não narrava a história de luta e resistência dos negros escravos à exploração.

Visando sublinhar as iniciativas provindas da população negra, que culminaram na eliminação do sistema escravocrata, o movimento negro estabeleceu o dia 20 de novembro como data referência na mobilização por políticas públicas e ações governamentais em prol do fim da desigualdade social e do racismo originados pelos cerca 300 anos de escravidão negra em solo brasileiro.

Sabidamente a cultura africana foi uma das que mais fortemente interferiu na formação étnica e cultural do Brasil. Porém, apesar das evidentes marcas africanas na construção da identidade nacional brasileira, na mídia os afro-brasileiros encontram pouco espaço para a representação de sua cultura. Estudos realizados por pesquisadores como Cabral (1999) apontam para uma segregação racial praticada e imposta também

¹ Acadêmica do 7º semestre do Curso de Jornalismo da UFSM, fnarispe@gmail.com.

pelos meios de comunicação. Essa segregação, tipicamente brasileira, se vale de recursos diferentes daqueles utilizados no racismo separatista praticado em países como os Estados Unidos da primeira década do século XX e a África do Sul do Apartheid.

Nesses países, o preconceito racial, e a desigualdade social que dele derivou, não foram mascarados. Já no Brasil, país que adotou como uma de suas expressões culturais a celebração da boa convivência entre as diversas etnias e culturas que o compõe, é perceptível o investimento na camuflagem das consequências sociais e culturais das centenas de anos de escravidão da população negra.

Em seus estudos sobre mídia e negritude, Cabral (1999) detectou:

- Uma construção estereotipada e limitada dos personagens negros na ficção brasileira.
- Um direcionamento das práticas e uma delimitação dos territórios “permitidos” para os negros na publicidade.
- Um uso do discurso jornalístico que enquadra o negro de maneira sistematicamente repetida e normalmente negativa.

Foi a partir dessa terceira observação de Muniz Sodré que se chegou à conclusão da necessidade de um estudo que analisasse a forma como a história e a cultura afro-brasileira são representadas na mídia gaúcha. O Brasil, também pela sua extensão geográfica, lidou com seus escravos de maneiras muito distintas. Dessa forma, é necessário mapear e qualificar as diversas formas com que os descendentes de africanos são apresentados e representados na imprensa dos tantos estados brasileiros.

Segundo **Eugênio Bucci (2003)**, atualmente o jornalismo cumpre uma função que outrora foi encargo cumprido pelo Direito: o de ordenar conceitos e valores na sociedade, produzindo efeito normatizador, regulador e punitivo. Ao se tornar um meio de normatizar e estabelecer valores na sociedade onde está inserido, o veículo jornalístico deve agir de forma a contribuir para o equilíbrio e a harmonia entre os cidadãos.

A reportagem aqui analisada, com base nos estudos de Hohfeldt (2001) sobre os critérios de noticiabilidade, aborda a história do movimento negro brasileiro e o apresenta como um movimento social organizado. A matéria foi veiculada no dia 18 de novembro de 2011 no Jornal do Almoço, noticiário que vai ao ar de segunda-feira à sábado na RBS TV, emissora afiliada da Rede Globo no Rio Grande do Sul, a partir do meio-dia.

1. BRASIL E ESCRAVIDÃO – NOTAS HISTÓRICAS

A diversidade observada na composição étnica e cultural do Brasil é resultado de um processo histórico iniciado no século XVI. Naquele momento, navegadores de diversos países europeus, principalmente daqueles que ainda se viam desfavorecidos pelos processos de globalização já iniciados com a Revolução Industrial, saíram pelos oceanos em busca da riqueza que poderia ser proporcionada pelas especiarias indianas. Alguns autores afirmam que por estarem perdidos em busca da Rota das Índias, navegadores portugueses fixaram as âncoras de suas caravelas no litoral brasileiro em abril de 1500.

A partir desse momento, segundo Santos e Ordoñez (1998), o que se sucedeu foi um sistemático procedimento de exploração das potencialidades naturais brasileiras. A extração do pau-brasil realizada concomitantemente com a exploração da mão-de-obra e com a intervenção e submissão do modo de vida dos povos indígenas rapidamente demonstrou-se altamente lucrativa.

Porém, a partir do momento em que a exploração do pau-brasil foi substituída pelo cultivo da cana-de-açúcar, a mão-de-obra indígena passou a ser considerada insuficiente. Santos e Ordoñez afirmam que

trazer de Portugal para o Brasil trabalhadores assalariados era praticamente impossível, pois os portugueses não se sentiam atraídos pela colônia. Como o mercado de escravos africanos era controlado por comerciantes portugueses, eles decidiram dar continuidade a esse lucrativo comércio. Com o apoio dos holandeses, intensificaram o tráfico negreiro e começaram a abastecer os canaviais (1998, p. 275).

Dessa forma, ainda no século XVI – é válido sublinhar que, em determinado momento, a escravidão africana e o emprego do trabalho indígena aconteceram simultaneamente – foi iniciado o tráfico internacional de negros africanos. Homens e mulheres eram retirados de seus países – de acordo com Domingues² a mão-de-obra escrava africana que foi explorada na Brasil provinha principalmente do território que hoje abriga Angola, Moçambique e República Democrática do Congo – e transportados para o Brasil em condições sub-humanas.

De acordo com texto disponível na Biblioteca Virtual do Governo do Estado de São Paulo³, as péssimas acomodações, somadas aos inexistentes cuidados com a higiene, à falta de alimentação e ao longo período de viagem, faziam com que muitos dos escravizados adoecessem e/ou morressem durante o trajeto.

O sofrimento daqueles que sobreviviam à viagem estava apenas começando quando do desembarque em território brasileiro. Obtidos para trabalharem em fazendas que cultivavam cana-de-açúcar, os escravos africanos eram submetidos pelos senhores de engenho a longos períodos de trabalho forçado, além de sofrerem constantes maus-tratos físicos e psicológicos. Estes últimos sempre utilizados como forma de manter os escravos obedientes e submissos. Santos e Ordoñez (1998, p.277) citam o cronista do século XVIII André João Antonil ao aconselhar os senhores de engenho: “Ao modo como se há com eles tratamento dispensado aos escravos, depende tê-los bons ou maus para o serviço”. Eles demonstram, porém, que nem todos os senhores seguiam os conselhos de Antonil. O cronista Jorge Benci, também do século XVIII dizia: “[...] Haja

² DOMINGUES, Petrônio. Movimento Negro – alguns apontamentos históricos. Disponível em: <<http://www.scielo.br/pdf/tem/v12n23/v12n23a07.pdf>> Acesso em: 19 nov 2011.

³ Colonização portuguesa e a fracassada tentativa de escravidão dos indígenas. Disponível em: <<http://www.bibliotecavirtual.sp.gov.br/pdf/temasdiversosescravidonaobrasil.pdf>> Acesso em: 19 nov 2011.

açoitos, haja correntes e grilhões, tudo a seu tempo e com regra e moderação de vida e vereis como em breve tempo fica domada a rebeldia dos servos”.

Insubordinação: o princípio da abolição do sistema escravocrata

A aparente calma e tranquila conformação começou a ser alterada quando, já no fim da primeira metade do século XVII, alguns escravos iniciaram movimentos de revolta frente à situação em que se encontravam. Lara diz que “a rebelião escrava era, sem dúvida alguma um atentado ao poderio metropolitano na colônia – ao fundamento e origem de suas riquezas” (1998, p.38).

Surgiram, em meio às matas tropicais brasileiras, espaços de refúgio para aqueles que conseguiam escapar da constante e violenta vigília dos capitães-do-mato. Esses espaços foram denominados quilombos e aqueles que ali eram abrigados foram chamados quilombolas. Nos quilombos brasileiros, localizados especialmente nos estados da Bahia, Pernambuco, Minas Gerais, Mato Grosso, Goiás e Alagoas os escravos refugiados podiam viver a cultura de sua terra de origem: as danças, os rituais, a culinária.

Um dos principais e mais organizados quilombos da história do Brasil surgiu na Serra da Barriga – território que hoje corresponde ao estado de Alagoas, no início do século XVII, o Quilombo dos Palmares. O período de maior crescimento desse quilombo ocorreu entre os anos de 1630 e 1650.

Após conflitos internos que culminaram na morte do líder de Palmares, Ganga Zumba, por volta de 1670, um novo comandante assumiu a direção do quilombo. Zumbi, como foi chamado esse líder, nasceu no ano de 1655 no Quilombo dos Palmares e foi entregue a um padre missionário português para ser catequizado. Batizado com o nome de Francisco, aos 15 anos de idade, alfabetizado em português e em latim, Zumbi conseguiu escapar do padre que o criou e retornou a Palmares.

A partir de seu retorno, a dinâmica das ações do Quilombo dos Palmares foi reinventada. A política de conciliação adotada anteriormente pelo líder Ganga Zumba foi deposta e combates com o exército tornaram-se rotina na comunidade quilombola. Reconhecido como um competente estrategista militar, Zumbi combateu por diversas vezes o exército do governo do estado do Pernambuco. Segundo Santos e Ordoñez (1998), foram necessários mais de oitenta anos de combate e 30 expedições militares para que o líder de Palmares fosse, em 1694, capturado e morto pelas tropas comandadas pelo bandeirante paulista Domingos Jorge Velho.

O processo abolicionista brasileiro

Historiograficamente, após os combates vivenciados pelo povo pernambucano no século XVII, apenas no século XIX são retomadas as movimentações em torno da abolição da escravidão brasileira. É importante ressaltar que o Brasil declara-se independente de Portugal, e que mesmo assim nada se fez em relação à escravidão e à degradante situação dos escravos.

Entretanto, no século XIX, diversos setores da sociedade brasileira passaram a se manifestar em relação a uma possível abolição do sistema escravocrata. Aos poucos

foram sendo realizadas ações que culminariam, no ano de 1888, na sanção da Princesa Isabel que declarou o Brasil livre da escravidão.

De acordo com Santos e Ordoñez (1998, p.361), são exemplos dessas ações:

- a) A Lei Eusébio de Queirós, no ano de 1850, que proibia o tráfico internacional de escravos para o Brasil.
- b) A Lei do Ventre Livre que libertava (ao menos legalmente) os filhos de escravos nascidos a partir de 28 de setembro de 1871.
- c) A implementação da Lei dos Sexagenários que declarava libertos, a partir do ano de 1885, os escravos com idade igual ou superior a 60 anos.

Essas ações foram tomadas por influência de diversos fatores externos. Principalmente em função da pressão feita pela Inglaterra⁴. Esse país foi um dos que mais fortemente interveio nas ações políticas que determinaram a abolição da escravidão. A expansão do sistema capitalista pelo mundo, em função da Revolução Industrial – que ampliou largamente sua capacidade de produção, fez com que os ingleses visualizassem na enorme massa de escravos que compunham a sociedade brasileira um sem-fim de consumidores para seus produtos.

Além disso, os senhores de engenho começaram a perceber que outro sistema de mão-de-obra poderia ser mais lucrativo que o escravocrata. Escravos demandavam cuidados com alimentação e com higiene para que fossem produtivos. Como os servos não possuíam renda, esses cuidados eram de responsabilidade do patrão.

Concomitantemente, havia uma preocupação da elite brasileira com um possível “enegrecimento” da população, dado o grande número de escravos que habitavam o país e que mantinham relações (muitas vezes afetivas) com brasileiros brancos. Dessa forma, foi incentivada e muito bem vista a imigração de pessoas de diversos países europeus para o Brasil. Santos e Ordoñez afirmam que

a força de trabalho do ex-escravo foi rejeitada pelos patrões. O governo e as classes dominantes, em vez de criar uma política de trabalho para o ex-escravo, preferiu estimular e subsidiar a imigração branca europeia, marginalizando o negro (1998, p. 364).

Além de colaborar com a “elevação” étnica da sociedade nacional, os imigrantes vinham colaborar no recente e ainda tímido processo de urbanização brasileiro. Distribuídos principalmente nas regiões sul e sudeste do Brasil esses imigrantes logo foram percebidos pelos senhores de engenho, como meio de se livrar dos gastos adidos aos escravos.

Adicionados às lutas realizadas em torno da causa da abolição pelos cidadãos que estavam, de fato, penalizados com a situação humilhante a que estavam submetidos os escravos brasileiros, os fatores anteriormente citados contribuíram de forma

⁴ A pressão da Inglaterra contra Portugal – o início do fim da escravidão. Disponível em: <<http://www.bibliotecavirtual.sp.gov.br/pdf/temasdiversos-escravidonaobrasil..pdf>> Acesso em: 20 nov 2011

definitiva para que se concretizasse a extinção do sistema escravocrata brasileiro, em 1888, às vésperas do século XX⁵.

2. O ABANDONO HISTORIOGRÁFICO E O SURGIMENTO DO MOVIMENTO NEGRO BRASILEIRO

Após a abolição da escravidão o que se percebe na historiografia brasileira é um desaparecimento da população negra do cenário nacional. Não foi realizado nenhum tipo de política pública que visasse à integração dessa população à sociedade brasileira. Os negros foram abandonados à própria sorte, já que foram excluídos também da modernização advinda do processo de urbanização do Brasil. O refúgio de muitos escravos foi a permanência nas fazendas em que foram explorados durante muitos anos.

De acordo com Andrews, o descaso com a população negra

seja politicamente em decorrência das limitações da República no que se refere ao sufrágio e as outras formas de participação política; seja social e psicologicamente em face das doutrinas do racismo científico e da teoria do “branqueamento”, seja ainda economicamente, devido à preferência em termos de emprego em favor dos imigrantes europeus (apud DOMINGUES, 2007, p.102)

colaborou definitivamente com esse “sumiço” e com o conseqüentemente impedimento a qualquer tipo de articulação em prol da luta por direitos por parte da mesma. Ao longo de vários anos, já no início do século XX, a população negra se viu dispersa e desmotivada em função da falta de uma identidade e de oportunidades de crescimento econômico e social.

Da identificação nasce o Movimento Negro Brasileiro

De acordo com Alberti (2008), já no fim do século XIX, no período pós-abolição, era possível encontrar nas ruas do estado de São Paulo jornais que objetivavam denunciar a discriminação racial no Brasil. O público ao qual esses jornais se voltavam era a população negra. Elliot (2010) aponta como principais expoentes da chamada imprensa negra do início do século XX os jornais O Menelick e A Pérola.

Alberti (2008) diz que foi das redações desses jornais que saíram os jovens que deram início à Frente Negra Brasileira, berço do movimento negro brasileiro, que em 1936 tornou-se partido político. Este partido trabalhava com o ideal da inserção do negro no cenário político, social e econômico do Brasil.

Segundo Loner (2010), durante a década de 1940 praticamente não houve registros de mobilização ou de organização em torno das causas envolvendo a população negra:

⁵ A abolição da escravatura. Disponível em: <<http://www.bibliotecavirtual.sp.gov.br/pdf/temasdiversos-escravidaonobrasil.pdf>> Acesso em: 20 nov 2011.

[...] com o estado assumindo as tarefas de prover previdência, saúde e educação a todos, não se tornavam mais necessárias associações com esses propósitos. Times e Federações negras tenderam a desaparecer quando terminou a discriminação racial nos esportes. (...) Somente nos anos 50 aparecerão, no Brasil, novos movimentos e formas de luta englobando a população negra. E quando esse momento chegou, a maioria daqueles militantes já havia desaparecido, levando com eles as memórias e as histórias das lutas, singulares e pontuais, ou cotidianas e permanentes contra a discriminação e, como eles próprios diziam, “pela elevação cultural e social do negro” (in SILVA, SANTOS e CARNEIRO, 2010, p.258)

Dando fim aos longos anos de inatividade, renascem no Brasil, nos anos 1960, movimentos sociais que têm como mote questões envolvendo a identidade, a cultura e a população negra. Influenciados pelas lutas por igualdade social travadas nos Estados Unidos na década de 1960, surgem no Brasil outros grupos que lutam por igualdade e respeito às diferenças étnicas e culturais, privilegiando a conquista de um espaço exclusivo para as questões afro-brasileiras.

Alguns destes grupos: Grupo Palmares, criado em Porto Alegre em 1971. Centro de Estudos e Arte Negra (Cecan), fundado em 1972 em São Paulo. Sociedade de Intercâmbio Brasil-África (Sinba), inaugurada no Rio de Janeiro em 1974 e Bloco Afro Ilê Aiyê, fundado em Salvador no mesmo ano. Alberti (2008) afirma que um ato público realizado em 1978 nas escadarias do Teatro Municipal de São Paulo deu origem ao MNU, o Movimento Negro Unificado.

Duas datas, dois conceitos: do 13 de maio ao 20 de novembro

Uma das grandes contribuições do MNU para o estabelecimento de um comportamento social que valorize a diversidade racial do Brasil foi a instituição do dia 20 de novembro como o Dia da Consciência Negra. Até o ano de 1978, o dia 13 de maio abrigava as reflexões brasileiras sobre preconceito racial e os longos anos de exploração da mão-de-obra africana, em função de nesta data, em 1888, ter sido sancionada a Lei Áurea pela Princesa Isabel.

Muitos militantes do MNU percebiam essa data como uma espécie de ato caridade das elites brasileiras. Essa não era para o Movimento a percepção adequada. Pensou-se, então, no estabelecimento de uma data que denunciasse os diversos movimentos do povo negro em prol de sua liberdade. Dessa forma, a modificação aconteceu em novembro de 1978, após a II Assembleia Nacional do MNU, ocorrida em novembro daquele ano em Salvador.

O Grupo Palmares, criado no ano de 1971, em Porto Alegre, foi um dos que mais fortemente contribuiu para a instituição do 20 de novembro. Campos diz:

O Grupo Palmares de Porto Alegre, entre 1971 e 1978, foi responsável pela proposição do dia 20 de novembro, como alternativa às comemorações do 13 de maio. Palmares também

foi um dos precursores do chamado movimento negro moderno, que se caracterizou pela construção de uma nova identidade negra, referenciada em aspectos locais e globais. Ao afirmar-se e organizar-se como grupo étnico, adotam uma postura e um discurso subversivo que colocam em cheque conceitos estruturantes da sociedade brasileira, como democracia racial, identidade e cultura nacional (2006, p.03).

No Brasil, no decorrer das últimas décadas, especialmente a partir dos anos 2000, a discussão dos problemas que abarcam questões raciais e sociais foi consideravelmente ampliada. Políticas públicas para sanar as problemáticas geradas em função da discriminatória formação sócio histórica brasileira foram implementadas.

Como exemplo dessas políticas, apresentam-se a aprovação da Lei 10.639 de nove de janeiro de 2003. Essa lei alterou a Lei 9.394/1996 das Diretrizes e Bases da Educação Nacional, tornando obrigatório o ensino da História e Cultura Afro-Brasileira nas escolas de ensino fundamental e médio de todo o país. Bem como a aplicação do sistema de reserva de vagas para afrodescendentes em universidades públicas brasileiras. Ainda mais recentemente, em 10 de novembro de 2011, a presidenta do Brasil, Dilma Rouseff sancionou a lei 12.519 que transformou o dia 20 de novembro em Dia Nacional da Consciência Negra, já que em alguns estados a data não tinha nenhuma representatividade.

3. CONSCIÊNCIA NEGRA E MÍDIA: O 20 DE NOVEMBRO NA RBS TV

O objeto de estudo desse trabalho é uma reportagem produzida pelo jornalista Manoel Soares, da rede gaúcha de televisão RBS TV, afiliada da TV Globo. A reportagem foi veiculada no Jornal do Almoço (JA) – telejornal diário da rede que vai ao ar das 12h05min às 12h45min – em 18 de novembro de 2011. Com duração de três minutos, a reportagem contou a história de Oliveira Silveira, líder do Grupo Palmares que sugeriu o estabelecimento do dia 20 de novembro como Dia da Consciência Negra.

À reportagem seguiram uma enquete com pessoas (a maioria negras) no centro de Porto Alegre – capital gaúcha – abordando questões como consciência negra, racismo e desigualdade e uma entrevista com Antônio Carlos Porto, advogado negro, que falou sobre essas mesmas questões durante o primeiro bloco do JA.

Marcondes Filho (1993) afirma que o “jornalismo não é neutro nem objetivo” (p.130). A reportagem de Manoel Soares corrobora essa afirmação. As duas fontes entrevistadas são negras – um homem e uma mulher, ambos atores e pesquisadores da história e militantes do movimento negro brasileiro – e mantêm um discurso de exaltação às ações de Zumbi dos Palmares bastante semelhantes, dando destaque sempre aos mesmos fatos.

Marcondes filho afirma ainda que os acontecimentos passam por uma espécie de “peneira”, e aqueles que cumprem com determinados critérios – estabelecidos pela prática diária da comunidade jornalística – acabam por atingir o “status” de notícia. Essa peneira é uma forma de manipulação, segundo o autor. Ele afirma, porém, que essa

manipulação “não é uma questão moral, mas política” (p. 134). Cada empresa jornalística escolhe os fatos que lhe convém ou não publicar.

Nesse sentido, são percebidos pelo autor dois tipos de manipulação: a passiva e a ativa. A primeira se apresenta como “condição necessária de qualquer relato humano e de sua subjetividade” (p.139), já que diz respeito, de acordo com o autor, a uma prática humana involuntária e não intencional. Todo fato, quando comunicado, é atravessado pela percepção daquele que o narra. E este se comunica totalmente influenciado por sua formação pessoal, intelectual, cultural e social. E a segunda como “uma visão de mundo orientando a notícia” (p.139). Essa segunda também é percebida pelo autor como involuntária, mas é mais deliberada, mais explícita.

Os depoimentos dos entrevistados na reportagem de JA, dessa forma, foram escolhidos de acordo com critérios de relevância, num ato de manipulação passiva. Ao mesmo tempo, o fato de o repórter autor da matéria ser negro colabora com a seleção de trechos das entrevistas e na adoção de uma linha discursiva que podem ter sido guiadas pela visão política que o jornalista tem da questão da consciência negra, e essa seria uma forma de manipulação ativa, ainda que possa não ser intencional.

Neste caso, a subjetividade e a objetividade estariam atuando conjuntamente em um mesmo texto jornalístico. Essa hipótese tem sido sempre rejeitada pela comunidade jornalística, em função do receio dos profissionais da perda da credibilidade. Marcondes Filho (1993), porém, diz que não há mais como conviver com a ideia de um jornalismo velado pela inocência, pela clareza, transparência, objetividade e todos os outros mitos que o cercam.

Se os profissionais do campo jornalístico afirmam trabalhar com a verdade, cada empresa jornalística trabalha com a sua verdade. Visto que nem sempre há consenso no discurso em torno de uma questão. A solução seria, segundo Marcondes Filho (1993), observar o jornalismo como forma de crítica, denúncia e insubmissão a essas verdades tão veementemente defendidas.

Agendamento e Newsmaking: hipóteses do campo jornalístico aplicadas ao 20 de novembro

Hohlfeldt (2001) apresenta hipóteses surgidas através da análise das rotinas produtivas do campo jornalístico. Denomina essas observações de hipótese e não de teorias, por compreender que os processos comunicacionais são sempre abertos, jamais se fecham a novos elementos, nem mesmo a novas possibilidades. Dentre as principais contribuições desse autor está a hipótese do agendamento.

Resumidamente, a hipótese do agendamento diz respeito à capacidade possuída pela mídia de agendar o que será discutido pelas pessoas. Para Hohlfeldt, há uma inter-relação entre o agendamento que parte da mídia e aquele que parte da sociedade. Para ele, a sociedade também pauta a mídia, assim como mídia é pautada por ela.

Hohlfeldt coloca que a hipótese do agendamento é sustentada por uma série de suposições. Dentre elas, se destacam a ideia de um fluxo contínuo de informação. Esse fluxo evidencia que os processos comunicacionais são sempre abertos, como já foi dito anteriormente, e não fechados, como afirmavam teorias antigas. Essa suposição diz

respeito, basicamente, às informações fornecidas ao receptor anteriormente, que possibilitam que a pauta seja parte de um diálogo.

No caso da reportagem veiculada pela RBS TV, são poucas – ou nenhuma – as informações fornecidas antecipadamente ao telespectador sobre a temática consciência negra. Embora o assunto tenha ganhado importante expressão na sociedade civil brasileira nos últimos anos, ao menos na RBS não é tradição que se aborde temas como racismo e discriminação nos telejornais.

Em um estado brasileiro onde menos de 20% da população se autodeclara afro-brasileira, esse debate acaba perdendo espaço, dado o pouco público – audiência – interessado em transformações que possam ser realizados através dele. O despejo de abundantes informações sobre a história do movimento negro brasileiro, assunto que nem mesmo na historiografia brasileira ocupa grande espaço, pode acabar ocasionando o chamado efeito enciclopédia no receptor. Esse efeito se refere àquelas informações que acabam não sendo trabalhadas no período esperado pelo jornalista nem de maneira adequada pelo receptor, muitas vezes fazendo com que as informações recebidas não sejam sequer processadas.

Porém, Hohlfeldt alerta para o fato de que esse amplo leque de informações pode gerar uma espécie de banco, no qual o receptor pode manter subsídios para comunicar-se posteriormente. Ele diz: “consciente ou inconscientemente, guardamos em nossa memória uma série de informações de que, repentinamente, lançamos mão” (p.190).

Outro pressuposto trabalhado por Hohlfeldt cogita a hipótese de que a mídia influencia seus receptores a médio e longo prazo. Nesse caso, as informações passadas pela reportagem de Manoel Soares podem gerar efeitos em um prazo mais longo e de maneira mais satisfatória para o receptor.

Um terceiro pressuposto aborda a seguinte questão: o quanto a mídia influencia o receptor? Para Hohlfeldt, os meios de comunicação não impõem ao receptor o que ele deve pensar a respeito de determinado assunto. Os meios de comunicação podem, a médio e longo prazo, influenciar sobre o quê pensar e falar. Assim, a mídia estaria ocupando espaço na agenda pessoal do receptor. A reportagem do JA estaria então, cumprindo um papel de transformadora da realidade, mas não em um curto prazo. Inserindo nos temas de debate da sociedade questões que visem a uma evolução das questões de tolerância e diversidade.

Hohlfeldt coloca que existe também um interagendamento entre os diversos tipos de mídia, havendo sempre a supremacia das mídias impressas sobre as eletrônicas. No caso analisado, essa supremacia não se verifica, já que o jornal Zero Hora – jornal impresso também editado pelo Grupo RBS – não traz, na semana da consciência negra (que se iniciou em 13 e se encerrou em 20 de novembro de 2011), uma cobertura especial sobre temas relacionados à população afrodescendente do Rio Grande do Sul. É importante frisar que, nesse sentido, a obra de Hohlfeldt pode estar desatualizada. Publicada no de 2001, a obra “*Hipóteses contemporâneas de pesquisa em comunicação*” é anterior à ampliação do acesso à internet pela população brasileira.

Observa-se que, no dia da veiculação da matéria, há um interagendamento que ocorre entre mídias eletrônicas. À exibição da reportagem de Manoel Soares seguiu-se a

entrevista concedida pelo advogado Antônio Carlos Porto. Muitas das perguntas realizadas pela apresentadora do JA tiveram origem no microblog Twitter. Foi iniciado na rede social um debate sobre racismo e consciência negra em função da discussão realizada no telejornal.

Hohlfeldt (2001) trabalha ainda com a hipótese denominada *newsmaking*, que trata do potencial de transformação dos acontecimentos cotidianos em notícia pela mídia. Essa hipótese nasceu em torno dos processos de *gatekeeping*, que é a “peneira” pela qual passam as informações.

Segundo Hohlfeldt (2001), alguns conceitos norteiam a escolha das informações que serão publicadas. Alguns deles: acumulação que é a capacidade que a mídia possui de dar relevância a determinados assuntos. Consonância se refere à semelhança entre os relatos de um acontecimento por diversos meios de comunicação. Onipresença diz respeito àquela notícia que ocupa mais de uma editoria. Relevância é cumprida pelo acontecimento noticiado em todas as mídias. *Frame temporal* é o quadro de informações que se forma, a fim de contextualizar o assunto. *Time-lag* é o período de tempo existente entre o levantamento da agenda da mídia e da agenda do receptor. Centralidade é a capacidade da mídia de dar relevância, hierarquia e significado a certo tema. Tematização é a característica da mídia de dar destaque a determinado assunto. Saliência é a valorização dada pelo receptor à informação e focalização a maneira como a mídia aborda o assunto tratado.

O autor coloca, porém, que embora sejam elencáveis algumas características comuns entre os fatos jornalísticos, a possibilidade de algo se tornar notícia não se restringe ao enquadramento nos conceitos anteriormente citados. Hohlfeldt (2001, p. 203) afirma: “as alternativas de trabalho são infinitamente múltiplas”, referindo-se ao fato de que “a hipótese de *agendamento* pode ser articulada com as mais diferentes teorias no campo da comunicação social ou mesmo de outras áreas disciplinares”.

A reportagem de Manoel Soares é abrangida satisfatoriamente por apenas alguns desses conceitos, são eles: acumulação, relevância, centralidade e tematização, pelo destaque que o assunto consciência negra recebeu na edição do JA de 18 de novembro de 2011. A consonância também é percebida, em função da utilização do comumente empregado discurso motivador, de exaltação e de tom épico que envolvem as reportagens que se reportam às ações do líder quilombola Zumbi dos Palmares. A focalização também se destaca pelo forte tom de glorificação de Oliveira Silveira e de Zumbi dos Palmares.

Hohlfeldt (2001), ainda falando sobre valores-notícia, apresenta cinco categorias em que são abrigados os acontecimentos que se transformam em notícia. A primeira delas é a categoria substantiva, que se relaciona com a importância e o interesse que o acontecimento tem. Considerando-se o impacto que ele causará na sociedade, a quantidade e a relevância das pessoas envolvidas, além do grau de entretenimento que o acontecimento possui. A reportagem de Manoel Soares interessa a um sem-número de pessoas, já que é um problema social, histórico, econômico e político brasileiro. As informações não possuem características de entretenimento, mas as transformações que podem ser realizadas através de um debate que nasça da veiculação dessa reportagem podem alterar significativamente a ordem social brasileira.

A segunda categoria é relativa ao produto, à notícia. Essa categoria trata da disponibilidade de materiais e características específicas do produto informativo, como atualidade, qualidade e equilíbrio das notícias veiculadas. A reportagem de JA cumpre o quesito atualidade, uma vez que a problemática ainda não foi superada. E também pela proximidade da veiculação da matéria com as comemorações do Dia Nacional da Consciência Negra. Quanto à qualidade da informação, a matéria também é satisfatória, já que, ainda que faça uso das mesmas ideias de racismo, heroísmo, libertação e igualdade, traz informações novas para aqueles que não são pesquisadores de temas que envolvam a afro-brasilidade.

A terceira categoria é relativa aos meios de informação a ver com a quantidade de tempo usado para a veiculação da informação, levando em consideração o formato, o equilíbrio entre o visual e o textual e a continuidade do assunto. A reportagem de Manoel Soares dura três minutos e explora os recursos visuais oferecidos pela televisão de maneira simplória. Não é utilizado nenhum recurso gráfico inovador, como infográficos por exemplo. As imagens que cobrem os offs são geralmente fotos antigas ou imagens de pessoas negras, possivelmente capturadas durante a apuração da matéria.

A quarta categoria é relativa ao público e observa a imagem que o profissional ou veículo de comunicação tem perante o público. O Grupo RBS se enquadra no conglomerado conhecido na comunidade acadêmica como mídia hegemônica⁶. Não faz parte de suas ações a cobertura frequente de pautas que visem a transformações sociais, econômicas ou políticas. Dessa forma, a veiculação da reportagem é recebida pelo receptor como novidade. Quanto à imagem do profissional, a produção da matéria por um repórter negro pode demonstrar ter duas faces: a ascensão do negro na sociedade brasileira – este agora já pode narrar suas próprias histórias e falar com certa propriedade sobre as principais problemáticas enfrentadas pelos afro-brasileiros – ou a sensação de que para falar de temáticas afro o repórter tem de ser negro. A linguagem utilizada pelo repórter confere à matéria um tom informal, o que denuncia a maneira informal com que é tratada a temática no Rio Grande do Sul.

A quinta e última categoria apresentada por Hohlfeldt é relativa à concorrência. A reportagem do JA não se enquadra nessa categoria, pois aborda um tema de extrema importância social e que não pode, de maneira nenhuma, ser sequestrado por nenhuma mídia ou empresa de comunicação social.

Espiral do Silêncio: o preconceito calado

Outra hipótese sugerida por Hohlfeldt (2001) é a espiral do silêncio, levantada por Noelle-Neuman. Essa hipótese também trabalha com o estudo da influência da mídia sobre o receptor. Porém, para Noelle-Neumann há um questionamento a ser feito à hipótese do agendamento. Essa autora sublinhava a existência de uma relação entre a mídia e a mudança de opinião das pessoas sobre diversos assuntos.

A mídia, por ser uma amplificadora de opiniões acaba por massificar conceitos e minimizar discursos dissidentes. Dessa forma, a mídia que dá voz – no sentido de

⁶ Uma abordagem Multiperspectívica para os Estudos de Recepção: o Caso Lasier Martins *versus* MST. Disponível em: <http://encipecom.metodista.br/mediawiki/images/4/4e/GT1-04-Uma_abordagem-Vilso_e_Fabio.pdf>. Acesso em: 18 nov 2011

sugerir sobre o que falar – também cala seus receptores. Hohlfeldt afirma que o receptor, ao perceber que suas ideias são contrárias às da maioria, se cala, ou então adapta sua opinião a fim de que ela se torne semelhante, ou pelo menos aceitável na sociedade em que está inserido.

A reportagem de Manoel Soares sobre consciência negra foi seguida de uma enquete – denominada “Bote a boca no trombone” – na qual são entrevistadas diversas pessoas – majoritariamente negras – que falam sobre racismo e preconceito. Opiniões que divergem daquelas das vítimas do racismo podem ter sido sonegadas da reportagem. E caso tivessem sido publicadas, poderiam ter sido condenadas nos meios que repercutiram a veiculação da matéria. As pessoas que têm essa opinião diferente – ou politicamente incorreta – acabam sendo encurraladas, e achando meios de expressão apenas em comunidades restritas.

Sobre aquilo que não foi dito na reportagem do JA, nem nos depoimentos que a seguiram pode-se concluir o que diz Eni Orlandi: “se há um silêncio que apaga, há um silêncio que explode os limites de significar” (ORLANDI, 2007, p.85). A sociedade brasileira, por sua atual configuração, é prova de que mesmo após a abolição da escravidão os negros sempre estiveram à margem do sistema social do Brasil. O poder público e a mídia, especialmente na última década, têm agido de forma que as questões mais fundamentais envolvendo a população negra brasileira ganhem espaço e notoriedade.

Porém calar o preconceito inerente a uma sociedade que se desfez de um sistema escravocrata baseado em questões raciais há pouco mais de cem anos transpassa uma necessidade de afirmar o respeito às diferenças, ainda que ele não exista concretamente. Sobre a “política do silêncio”, Orlandi diz:

se define pelo fato que ao dizer algo apagamos necessariamente outros sentido possíveis, mas indesejáveis [...] produz um recorte entre o que se diz e o que não se diz [...] a política de silêncio como um efeito de discurso que instala o antiimplícito: se diz “x” para não (deixar) dizer “y”, este sendo o sentido a se descartar do dito. É o não-dito necessariamente excluído. Por aí se apaga os sentidos que se quer evitar, sentidos que poderiam instalar um trabalho significativo de uma outra formação discursiva, uma outra “região” de sentidos [...] determinando consequentemente os limites do dizer (2007, p.73)

CONCLUSÃO

A matéria veiculada pelo Jornal do Almoço, em 18 de novembro de 2011, cumpre o papel social de levar os cidadãos à reflexão sobre a construção e a configuração atual da sociedade brasileira. Motta (2004) observa que o paradigma contra hegemônico de comunicação considera que o jornalismo é “permeável às contradições sociais e às pressões da sociedade civil, sujeito às negociações” (p.2).

Apesar de o JA ser produto de uma rede de televisão enquadrada no bloco de comunicação hegemônica, os elementos que compõem a reportagem expressam interesse da rede em questões que envolvem a problemática social gerada pela

desigualdade racial. A exposição da correlação Rio Grande do Sul – consciência negra afirma o caráter regionalista do Grupo RBS, mas percebe-se nessa iniciativa a intenção de gerar no receptor a sensação de proximidade com o tema debatido.

Motta afirma também que o paradigma contra hegemônico “reconhece que a dinâmica social se altera com a presença da mídia e das novas formas, recursos e linguagens do jornalismo”. Assim, a estrutura da sociedade gaúcha poderá ser alterada em função da veiculação da matéria de Manoel Soares. Marcondes Filho diz que é possível observar através do

plano do discurso, a mais flagrante desigualdade social: a o dos que têm a chance e os meios de falar e se impor, mesmo sem ter nada o que dizer, contra os que não têm [...] é uma relação de poder: ter acesso e poder utilizar os meios de comunicação configura um atributo de poder àqueles que dominam. A posse e o direito de expressar publicamente as opiniões confirmam privilégios diferenciados (1993, p. 142).

Ao conquistar o direito de ver sua história e sua cultura veiculadas em horário nobre da transmissão estadual, a população negra gaúcha estaria ascendendo na luta pela igualdade. Seja ela social, econômica ou cultural.

De acordo com o Instituto Brasileiro de Geografia e Estatísticas, o IBGE, mais de 50% da população brasileira se autodeclara afro-brasileira. No Rio Grande do Sul este número se reduz a menos de 20%. Essa diferença é justificada pelo grande número de imigrantes europeus que ainda no século XIX começou a ocupar o território do estado. Ao mesmo tempo, a baixa representatividade dos negros nos mais diversos setores da sociedade gaúcha colabora para uma não identificação dos afrodescendentes gaúchos.

A reportagem de Manoel Soares exibida no Jornal do Almoço em 18 de novembro de 2011, demonstra uma flexibilização das pautas culturais e sociais da mídia hegemônica gaúcha. Essa flexibilização é um avanço, no sentido de possibilitar à sociedade a ampliação de discussões que podem gerar melhorias na qualidade de vida e de muitos cidadãos. A mídia, ao veicular matérias que incentivam o respeito e a valorização das diversidades culturais que compõem a sociedade onde está inserida, colabora para a construção de uma sociedade mais justa e igualitária.

REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS

ALBERTI, Verena. **Pesquisando o movimento negro no Brasil**. São Paulo: 2008. Disponível em: <<http://maniadehistoria.wordpress.com/pesquisando-o-movimento-negro-no-brasil>>. Acesso em: 18 nov 2011

CABRAL, M. S. A. **Claros e Escuros**. 1. ed. Rio ed Janeiro: Vozes, 1999.

CAMPOS, D. M. C. **D O Grupo Palmares (1971-1978): um movimento negro de subversão e resistência pela construção de um novo espaço social e simbólico**. Porto Alegre, 2006. Disponível em: <http://tede.pucrs.br/tde_busca/arquivo.php?codArquivo=319>. Acesso em: 21 fev 2012

ELLIOT, Ariluci Goes. **Informação, imagem e memória: uma análise de discurso em jornais da imprensa negra da Biblioteca da Universidade Federal do Ceará – Campus Cariri**, 2010. Disponível em: <<http://dci2.ccsa.ufpb.br:8080/jspui/bitstream/123456789/651/1/Disserta%C3%A7%C3%A3o%20-%20Ariluci%20Goes%20Elliott%20-%202010.pdf>>. Acesso em: 12 nov 2011

HOHLFELDT, A. **Hipóteses contemporâneas de pesquisa em comunicação**. In: HOHLFELDT, A., et al. **Teorias da Comunicação**. Petrópolis: Vozes. 2001.

LARA, Silvia H. **Campos da Violência**. Rio de Janeiro, Paz e Terra, 1998

LONER, Beatriz Ana. **A rede associativa negra em Pelotas e Rio Grande** in SILVA, G F.; SANTOS J. A. D. ; CARNEIRO, L. C. C. **RS Negro**. EdiPUC, Porto Alegre, 2010.

MARCONDES FILHO, Ciro. **Jornalismo Fin-de-siècle**. São Paulo: Página Aberta, 1993.

MOTTA, Luiz Gonzaga. **A pesquisa em jornalismo no Brasil: paradigma em confronto** In Pauta Geral, ano II, nº 6, 2004.

ORLANDI, Eni Puccinelli. **As formas do silêncio. No movimento dos sentidos**. Campinas: Editora Unicamp, 2007.

SALVADOR, José Gonçalves. **Os magnatas do tráfico negreiro**. Pioneira/Edusp, São Paulo. 1981.

SANTOS, J. R. Q. ; SANTOS, J. R. Q. D. ; ORDONEZ, M. . **Historia**. São paulo: IBEP, 1998.

SILVA, G F.; SANTOS J. A. D. ; CARNEIRO, L. C. C. **RS Negro**. Porto Alegre: EdiPUC,2010.

TRAQUINA, Nelson. **Teorias do Jornalismo**. Vol. I. Florianópolis: Insular, 2004.